

**GABINETE DA CORREGEDORIA
SETOR DE CORREIÇÃO/2014**

1ª VARA FEDERAL DE TERESÓPOLIS
JUIZ FEDERAL TITULAR DR. ALCIR LUIZ LOPES COELHO
JUÍZA FEDERAL SUBSTITUTA Dra. CAROLINE SOMESOM TAUKE

Partindo de levantamentos realizados no questionário da Autoinspeção, bem como nas informações da última correição e nos mapas estatísticos disponíveis na Seção Judiciária, realizou-se, no período de 17 até 21/02/2014, a correição ordinária presencial da 1ª Vara Federal de Teresópolis, em decorrência da qual seguem as seguintes Recomendações, que devem ser analisadas e transformadas em ações concretas, em prazo razoável, tendo em vista a superação da realidade constatada.

RECOMENDAÇÕES

- 1) Buscar dar cumprimento à Meta 2, critérios 2009, 2010 e 2014, com 20, 13 e 41 processos, respectivamente, identificando-os com as devidas etiquetas;
- 2) Buscar o cumprimento da Meta 4/2014 do CNJ: identificar e julgar ações de crimes contra a administração pública e de improbidade administrativa pública, 100% das distribuídas até 31/12/2011 e 50% das distribuídas em 2012;
- 3) Retomar o andamento dos processos de verificação obrigatória apontados no relatório de correição;
- 4) Providenciar a alteração da classe da Ação Civil Pública a Classificar nº 0000352-97.2007.4.02.5115;
- 5) Acompanhar e solicitar a devolução dos processos com prazo de carga expirado;
- 6) Efetuar o controle da prescrição penal, inclusive nas execuções penais;
- 7) Identificar, com a inserção de etiqueta na capa dos autos, os processos com a suspensão decorrente do artigo 366 do CPP e os processos de Meta 2;
- 8) Providenciar a substituição da capa das ações penais que ainda estão sendo processados com a capa de inquérito policial;
- 9) Dar cumprimento ao prazo de 10 dias para a publicação das deliberações;

10) Regularizar conforme artigos 272 e 273 da CNCR, os processos físicos de grandes devedores;
11) Regularizar os Livros e Pastas existentes e criação de Livros e Pastas obrigatórias, eliminando os envelopes e arquivos suspensos existentes para este fim;
12) Providenciar a retirada da etiqueta “segredo de justiça” do Proc. nº 00006769220044025115 – Despacho de exclusão às fls.266;
13) Regularizar, no que couber, a classificação de sentença;
14) Regularizar os feitos de execução fiscal, no sentido de melhor organização (escaninhos identificados) e revisão de todas as fases em que estão os processos (lançamentos imprecisos das fases no Apolo e colocação de processos em escaninhos diversos).
15) Priorizar o julgamento dos crimes contra a administração pública, insertos na Meta 4 do CNJ, identificando tais processos com etiqueta na capa;
16) Revisar os processos suspensos apontados no Relatório da Correição, no item Suspensão de Processos, atentando para que conste no sistema Apolo o registro do motivo da suspensão;
17) Priorizar o andamento dos processos conclusos para despacho há mais de 30 dias (467), para decisão há mais de 60 dias (57) e para sentença há mais de 180 dias (86), especialmente os conclusos há mais tempo, destacados neste relatório;
18) Retomar o andamento dos processos parados, sendo: 50 há mais de 30 dias; 374 há mais de 60 dias e 506 (executivos fiscais) há mais de 121 dias, dando prioridade aos feitos mencionados no relatório parados há mais tempo;
19) Aumentar a média de publicação de atos judiciais por boletim;
20) Buscar a redução do tempo médio para análise das iniciais.

Considerando as RECOMENDAÇÕES, encaminhar à Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, Relatório das providências implementadas.

ATUAÇÃO DOS JUÍZES

Divisão dos processos finais pares e ímpares

◦ Conforme informado no questionário de autoinspeção:

- A divisão de processos ocorre em conformidade com a numeração final dos processos, desconsiderado o dígito verificador, incumbindo ao Juiz Titular aqueles de final par e, ao Juiz Substituto, os de final ímpar.
- **Titular:** atua desde 11/07/2005, com afastamento em 07/01 a 05/02/2013, 13/06 a 12/07/2013 e 15/07 a 13/08/2013, fruição de férias, em 11/09/2013, 15 a 16/10/2013 e 09 a 10/12/2013, afastamentos autorizados e 23 a 30/10/2013, por motivo de falecimento da sua genitora.
- **Substituto:** atua desde 16/11/2012, com afastamento em 09/09 a 08/10/2013, fruição de férias, e em 20, 21 e 22/03/2013, 07/06/2013, 06/09/2013, 08/11/2013 e 27 a 28/11/2013, afastamentos autorizados.

ORGANIZAÇÃO - 19 SERVIDORES

02 analistas judiciários

10 técnicos judiciários

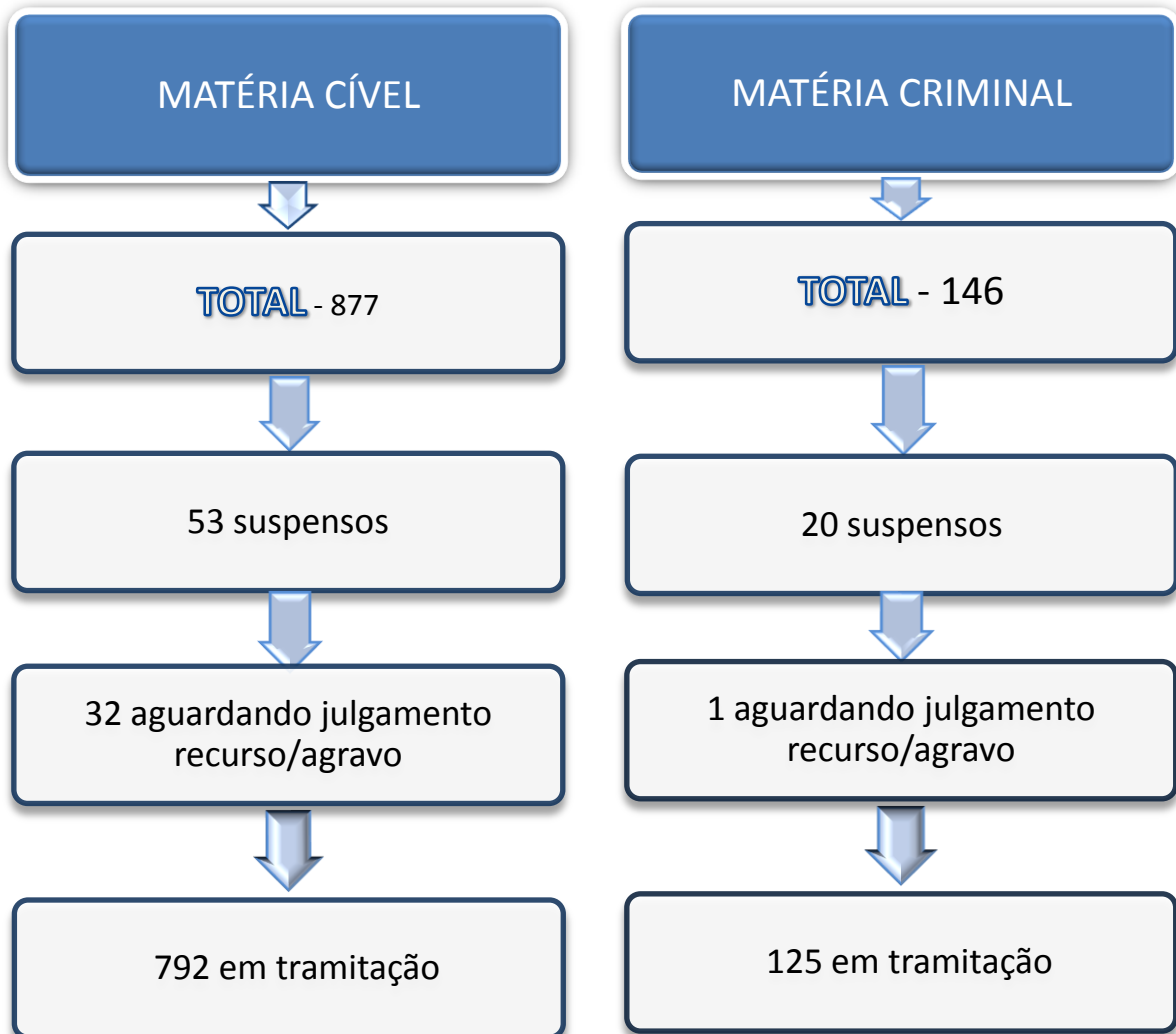
01 sem vínculo com a administração pública

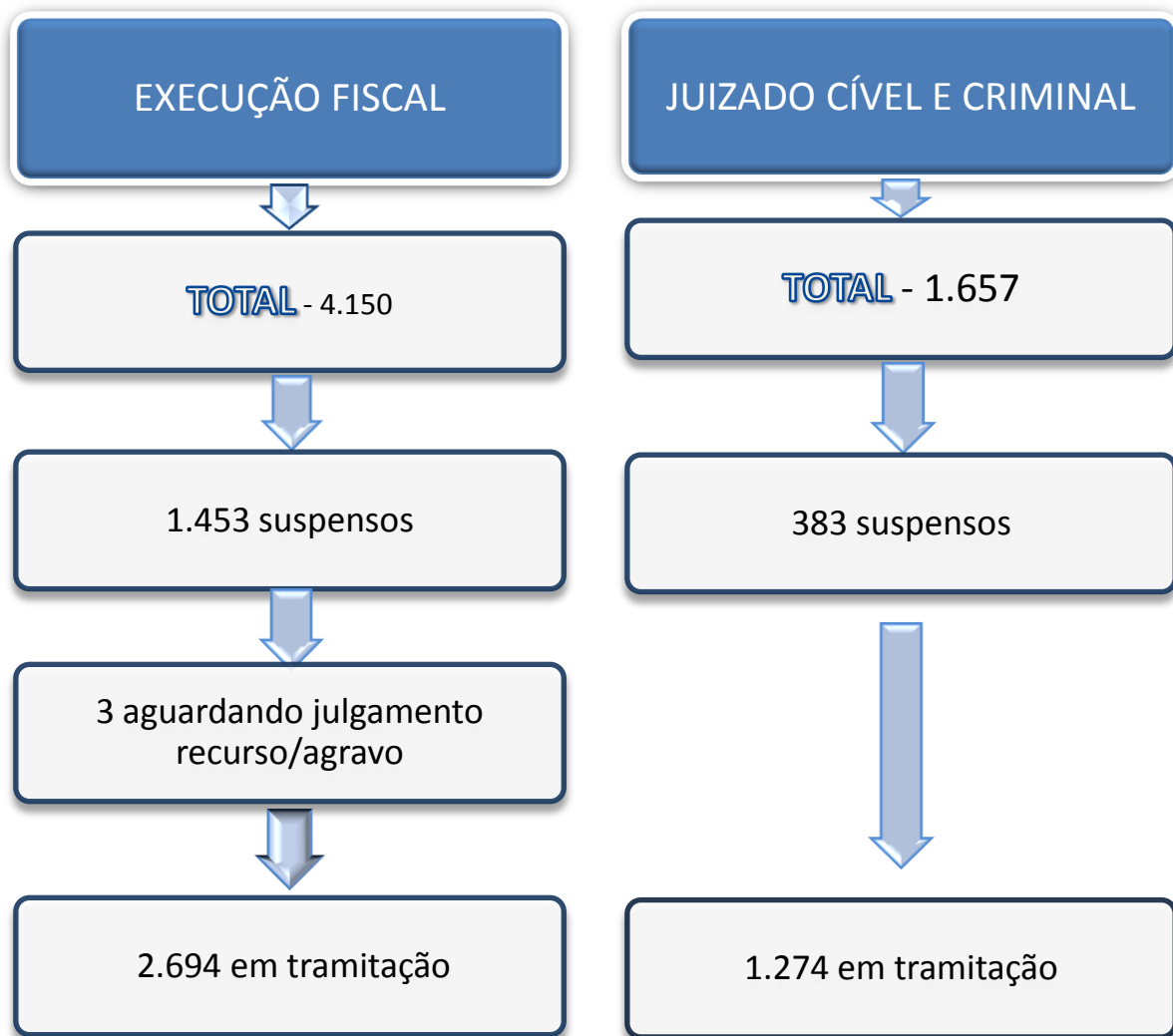
06 estagiários

Questionário de Autoinspeção e Mapa: Planilha Apolo Excel – Intimados.

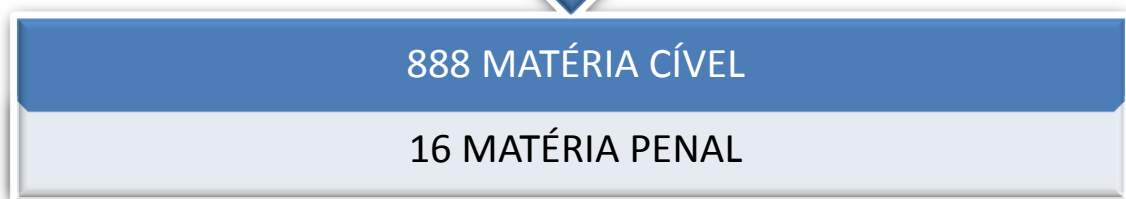
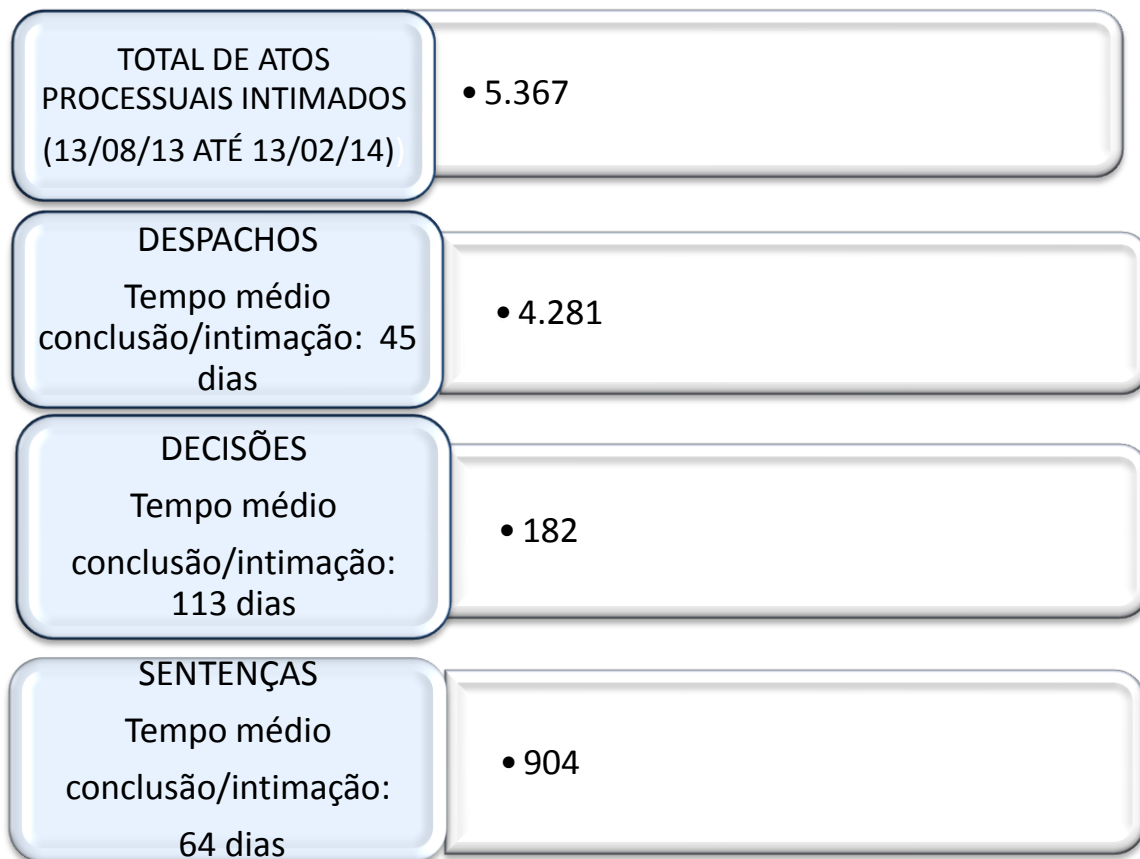
ACERVO TOTAL (CÍVEL, EXECUÇÃO FISCAL, CRIMINAL E JUIZADO)

4.885 processos em tramitação





Mapas: Movimentação Processual da 1ª Instância/Juizado Especial Federal , constantes do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, relativo ao mês de fevereiro de 2014.



LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -
Viviane M. Nielsen

METAS DO CNJ

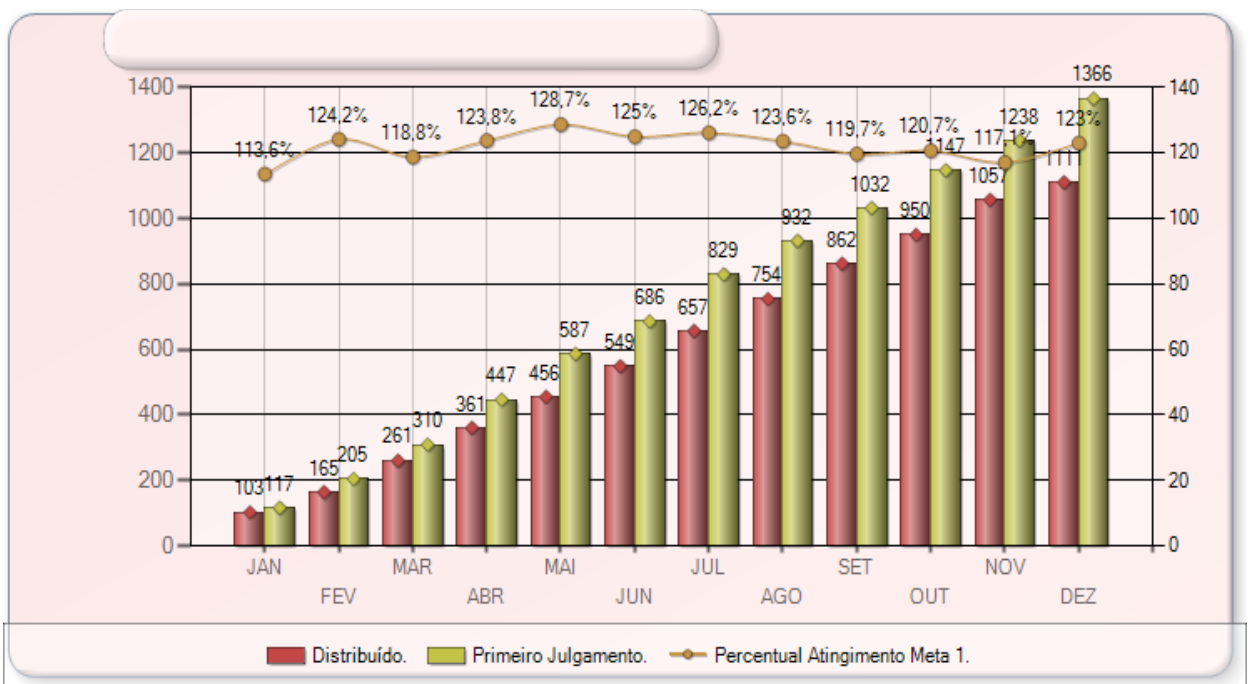
Metas Nacionais para 2014 aprovadas no VII Encontro Nacional do Judiciário

I - META 1/2014

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Ano de 2013: Gráfico do Portal de Estatísticas da 2ª Região.

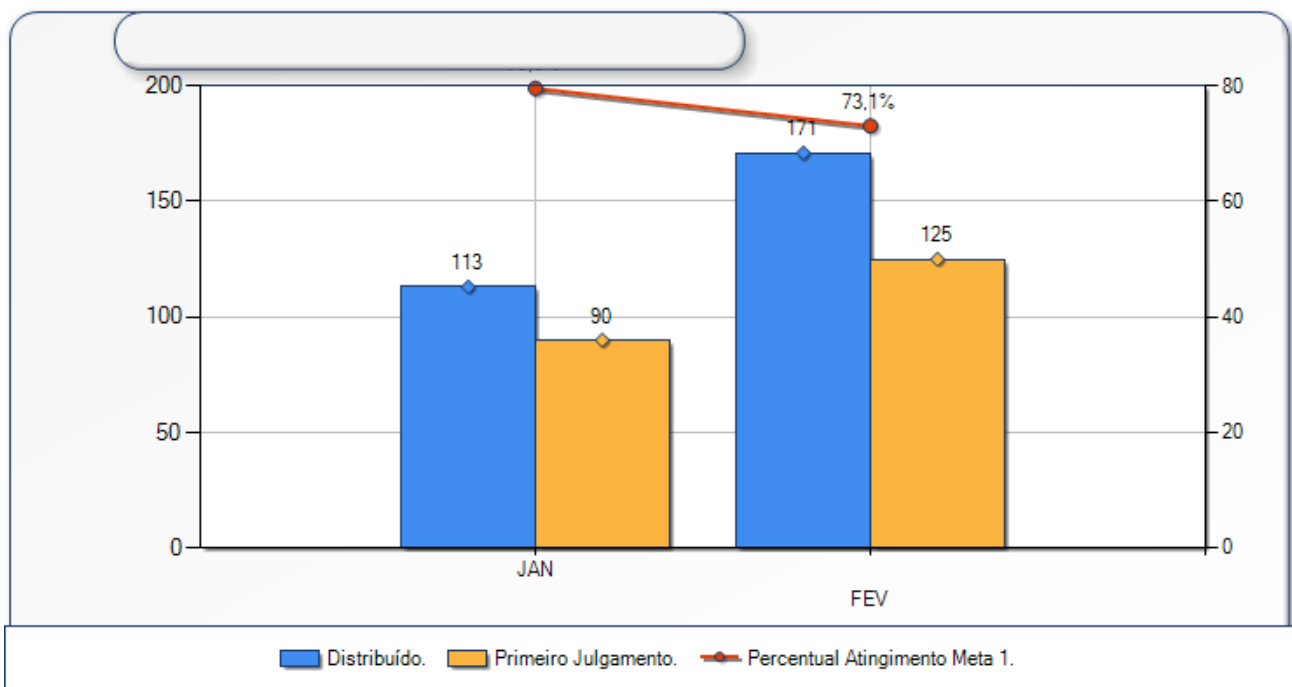
Meta 1 - Acompanhamento Acumulado (1ª VARA FEDERAL DE TERESÓPOLIS)



Verifica-se pelo gráfico extraído de Portal de Estatísticas da 2ª Região que durante o ano de 2013 o Juízo cumpriu a meta, julgando mais processos que os distribuídos.

Situação parcial - ano de 2014: Gráfico do Portal de Estatísticas da 2ª Região.

Meta 1 - Acompanhamento Acumulado (1ª VARA FEDERAL DE TERESÓPOLIS)



LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -
Terezinha de J. P. de Faria

II - META 2/2009

Julgar todos os processo distribuídos até 31/12/2005.

Constam 20 processos incluídos nesta meta, a saber:

Dos processos analisados, por amostragem, deve-se dar especial atenção aos seguintes, com prazo de conclusão vencida:

00005431620054025115 – Reintegração/Manutenção de Posse.

Distribuição: 30/08/2005. Concluso para despacho em 16/10/2013;

00005795820054025115 – Reintegração/Manutenção de Posse.

Distribuição: 05/10/2005. Concluso para despacho em 18/11/2013.

Nos demais processos consultados não foram encontradas irregularidades em suas tramitações:

00007557120044025115,

00007634820044025115,

00006644420054025115,

00001173820044025115,

00068466420004025101,

00003336720024025115,

00002481820014025115.

III - META 2/2010

Julgar todos os processo distribuídos até 31/12/2006.

Constam 13 processos incluídos nesta meta, a saber:

Dos processos analisados, por amostragem, deve-se dar especial atenção ao seguinte, com prazo de conclusão vencido:

00004147420064025115 – Juizado/Previdenciário. Distribuição:

20/10/2006. Concluso para sentença em 10/04/2013.

Nos demais processos consultados não foram encontradas irregularidades em suas tramitações:

00003644820064025115,

00004623320064025115,

00003697020064025115,

00003714020064025115,

00004407220064025115, 00004943820064025115.

No único processo criminal de Meta 2/2010 em trâmite no juízo correicionado, a ação penal nº 2005.51.15.000140-6, foram constatadas

as seguintes irregularidades: a ausência de etiqueta de Meta 2 na capa dos autos; a falta de controle de prescrição; e, a capa de inquérito policial apesar de se tratar de ação penal.

LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -
Guilherme de Q. Vieira e Viviane M. Nielsen

IV - META 2/2014

Julgar 100% dos distribuídos até 2008 e 80% dos distribuídos em 2009 no primeiro grau, 100% dos distribuídos até 2010 e 80% dos distribuídos em 2011 nos Juizados Especiais e nas Turmas Recursais.

Constam 41 processos incluídos nesta meta, a saber:

Dos processos analisados, por amostragem, deve-se dar especial atenção aos seguintes, com prazo de conclusão vencido ou sem movimentação:

00003018620074025115 - Reintegração/Manutenção de Posse. Distribuição: 22/05/2007. Intimação de despacho em 11/11/2013. Devolução da distribuição em 11/12/2013;

00005204120104025165 - Juizado/Previdenciária. Distribuição: 13/09/2010. Intimação de sentença em 20/01/2012 (convertido em diligência). Conclusão para sentença em 26/03/2012.

Nos demais processos consultados não foram encontradas irregularidades em suas tramitações:

00000151120074025115,

00000255520074025115,

00000653720074025115,

00001026420074025115,

00000039420074025115,

00000402420074025115,

00000827320074025115,

00002862020074025115,

00001589720074025115, 00000446120074025115,
00002767920074025113, 00000818820074025115,
00002991920074025115, 00001481920084025115,
00159500220084025101, 00004357920084025115,
00004366420084025115, 00005836620104025165.

No único processo criminal de Meta 2/2014 disponível no juízo correicionado, a ação penal nº 2007.51.15.000094-0, foram constatadas as seguintes irregularidades: **a ausência de etiqueta de Meta 2 na capa dos autos; a falta de controle de prescrição; e, a capa de inquérito policial apesar de se tratar de ação penal.**

Destaque-se, ainda, que em alguns processos cíveis relativos à Meta2/2009 e em todos os processos cíveis de Meta 2/2010 e 2014 consultados, não constavam as etiquetas identificadoras da meta. **Comunicado ao Diretor de Secretaria, este informou que será providenciada a colocação das etiquetas.**

LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -
Guilherme de Q. Vieira e Terezinha de J. P. de Faria

V - META 4/2014

Identificar e julgar as ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, 100% das distribuídas até 31/12/2011 e 50% das ações distribuídas em 2012.

AÇÕES DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

AÇÕES CIVIS PÚBLICAS

Foram analisado os 3 processos constantes do mapa, inexistindo irregularidades em suas tramitações:
0000601-09.2011.4.02.5115, 0000351-73.2011.4.02.5115 e 0000166-06.2009.4.02.5115.

AÇÕES ORDINÁRIAS

Não há dados a relatar.

LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -
Terezinha de J. P. de Faria

AÇÕES PENAIS RELACIONADAS A CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Dos sete processos incluídos na meta 4 do CNJ, de origem criminal, relacionados aos crimes cometidos contra a administração pública, foram consultados seis.

Em todos os feitos consultados, exceto o de nº 00003052120104025115, **não foi verificada existência de controle de prescrição penal, nem presença de etiqueta indicativa de “Meta 4”** e apresentam a seguinte descrição:

- **00006490720074025115** - Distribuição: 09/06/10. Oferecimento/recebimento de denúncia: 19/08/08 e 20/08/08. Data do fato: 27/09/07. Tipo: art. 180 e 334 CP. Último movimento: despacho de 20/01/14, publicado em 07/01/14, designando audiência para 28/04/14.

- **00003052120104025115** - Distribuição: 19/06/10. Oferecimento/recebimento de denúncia: 15/06/10 e 06/03/12 (pelo TRF2). Data do fato: 10/05/08. Tipo: Crimes contra a economia popular (Lei 1.521/51) e art. 334 CP. Último movimento: despacho de 23/01/14 intimando Ruanito Dias para comprovar nos autos, no prazo de 5 dias e execução do trabalho realizado na Paróquia de São Cristóvão e o responsável pela Paróquia para apresentar em 5 dias o relatório das atividades. Há petição de 31/01/14 informando prestação de serviços comunitários. Há movimentação recente de 07/02/14 determinando suspensão por Art. 89 da Lei 9099/95 (suspensão determinada de 31/01/14 a 17/10/15). **Foi verificada existência de etiqueta na contra-capa de controle de prescrição penal, contada a partir da data do fato.**

- **00002547820084025115** - Distribuição: 01/08/08. Oferecimento/recebimento de denúncia: 03/03/09 e 13/04/09. Data do fato: 24/04/08. Tipo: art. 334 CP. Último movimento: consta no Apolo como último movimento o despacho de 20/05/10 mantendo a decisão recorrida, encaminhando os autos à Instância Superior. Última movimentação cartorária tipo aguardando julgar recurso de 28/01/13. **Foi verificada existência de julgamento transitado em julgado em 16/10/13, negando seguimento ao REsp nº 1293628, cujo objetivo visa discutir a questão atinente rejeição de denúncia, tendo em vista movimentação no STJ, abaixo informada (retirada do site do STJ):**

16/10/2013 – 15:11 - OFÍCIO Nº 006440/2013-CD6T ENCAMINHANDO À ORIGEM PEÇAS DO PROCESSO TRANSITADO EM JULGADO EXPEDIDO AO(À) ASSESSOR(A) DA ASSESSORIA DE RECURSOS DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

16/10/2013 – 13:48 - (22) PROCESSO ELETRÔNICO BAIXADO À ORIGEM COM ENVIO DAS PEÇAS GERADAS NESTE TRIBUNAL (DA CERTIDÃO DE DIGITALIZAÇÃO AO TRÂNSITO EM JULGADO)

16/10/2013 – 13:48 - DECISÃO TRANSITADA EM JULGADO

- **00002105420114025115** - Distribuição:05/05/11. Oferecimento/recebimento de denúncia: 07/06/11 e 30/06/11. Data do fato: 27/03/06 a 31/05/10. Tipo: art. 171, § 3º e 313- A ambos do CP. Último movimento: decisão de 18/12/13 publicada em 14/01/14, declarando a nulidade da suspensão condicional do processo e citando o acusado e notificando o MPF. Diligência devolvida em 24/01//14. Em seguida há certidão positiva de 18/01/14 de citação do acusado Ronaldo Louzada Simões para responder à acusação em 10 dias. Consta, nos autos, decisão de 30/01/14 em HC suspendendo a presente Ação Penal. **Não há movimentação cartorária posterior do juízo.**

- **00001404720054025115** - Distribuição: 24/02/05. Oferecimento/recebimento de denúncia: 20/06/06 e 22/06/06. Tipo: art. 337-A CP e Lei 8.212/91. Último movimento: conclusão em 19/02/14.

- **00001317520114025115** - Distribuição: 04/04/11. Oferecimento/recebimento de denúncia: 08/11/11 e 23/11/11. Data do fato: 11/01/06 a 30/05/10.Tipo: art. 171, § 3º e 313- A ambos do CP. Último movimento: concluso em 10/02/14.

- **00000815420084025115** - Distribuição: 28/03/08. Tipo: art. 1º ao 3º da Lei 8.137/90. Último movimento: despacho em 27/01/14 "Ao MPF". **Há movimentação cartorária tipo remessa ao MPF, em 04/02/14, motivo pelo qual não foi consultado.**

LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -
Viviane M. Nielsen

VI - META 5/2014

Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012: em 10% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença.

À vista de que ainda não foi disponibilizado no Portal de Estatísticas da 2ª Região mapas relativos à Meta 5, foram consultados os mapas relativos à Meta 3/2013, quanto ao total de processos em trâmite de execução fiscal e não-fiscal, em fevereiro/2013 e fevereiro/2014, a saber:

- Fevereiro/2013: total de 3.156 processos de execução fiscal e 79 não-fiscal;
- Fevereiro/2014: total de 2.692 processos de execução fiscal e 122 não-fiscal.
Verificando-se no período: uma redução de 14,7% em matéria fiscal e um aumento de 54,43% em matéria não-fiscal.

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 13/02/2014.

PROCESSOS DE VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA MATÉRIA CÍVEL

**MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO:
01 processo**

Processo nº 0000336-70.2012.4.02.5115 – Distribuição: 13/07/2012.
Intimação de sentença em 18/12/2013.

AÇÃO POPULAR:

Não há dados há relatar.

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA:
04 processos**

Dos processos analisados deve-se dar especial atenção aos seguintes, com prazo de conclusão vencida ou sem movimentação:

1) 0000166-40.2008.4.02.5115 – Distribuição: 09/06/2008. Concluso para despacho em 06/03/2013;

- 2) 0000352-24.2012.4.02.5115 – Distribuição: 26/07/2012. Concluso para decisão em 03/07/2013;
- 3) 0000167-25.2008.4.02.5115 – Distribuição: 19/06/2008. Suspenso em 21/09/2012. Reativação de suspensão em 02/07/2013. Intimação de despacho em 11/09/2013. Juntada 15/01/2014.

No processo nº 0000616-22.2004.4.02.5115, não foram encontradas irregularidades em sua tramitação.

- Ação Civil Pública a Classificar (6999) - no Mapa extraído do sistema Apolo consta 1 Ação classificada na classe 6999 (processo nº 0000352-97.2007.4.02.5115), no entanto, em razão de encontrar-se com carga ao autor, o **Diretor de Secretaria informou que providenciará a alteração da classe quando do retorno dos autos.**

AÇÃO CIVIL PÚBLICA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA:

11 processos

Dos processos analisados deve-se dar especial atenção aos seguintes, com prazo de conclusão vencida ou sem movimentação:

- 1) 0000458-49.2013.4.02.5115 – Distribuição: 13/12/2013. Concluso para despacho em 16/12/2013;
- 2) 0000299-43.2012.4.02.5115 – Distribuição: 28/06/2012. Concluso para despacho em 16/12/2013;
- 3) 0000388-32.2013.4.02.5115 – Distribuição: 06/11/2013. Intimação de despacho em 16/12/2013.

Nos demais processos consultados não foram encontradas irregularidades em suas tramitações:

0000165-21.2009.4.02.5115, 0000457-64.2013.4.02.5115, 0000803-83.2011.4.02.5115, 0000616-17.2007.4.02.5115, 0000007-87.2014.4.02.5115, 0000476-70.2013.4.02.5115 e 0000478-40.2013.4.02.5115.

AÇÃO CIVIL PÚBLICA PREVIDENCIÁRIA:

Não há dados a relatar.

AÇÃO DE USUCAPIÃO:

Não há dados a relatar.

**AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO:
01 processo**

No processo nº 0000117-38.2004.4.02.5115 não foram encontradas irregularidades em sua tramitação.

**AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO/MANUTENÇÃO DE
POSSE:
58 processos**

Dos processos analisados, por amostragem, deve-se dar especial atenção aos seguintes, com prazo de conclusão vencida ou sem movimentação:

- 1) 0000167-49.2013.4.02.5115 – Distribuição: 13/05/2013. Concluso para despacho em 19/12/2013;
- 2) 0000274-30.2012.4.02.5115 – Redistribuição: 04/09/2012. Concluso para despacho em 09/09/2013;
- 3) 0000326-26.2012.4.02.5115 - Distribuição: 07/08/2012. Concluso para despacho em 13/12/2013;
- 4) 0000364-38.2012.4.02.5115 – Distribuição: 14/08/2012. Concluso para decisão em 13/05/2013;
- 5) 0000295-40.2011.4.02.5115 – Distribuição: 20/06/2011. Juntada em 20/08/2013;
- 6) 0004691-73.2009.4.02.5101 – Redistribuição: 04/08/2010. Intimação de sentença em 27/11/2013. Movimentação cartorária tipo aguardando manifestação da parte ré, em 05/12/2013. Certidão de decurso de prazo de 09/01/2014;
- 7) 0000734-22.2009.4.02.5115 – Distribuição: 06/01/2010. Concluso para despacho em 11/12/2013;
- 8) 0000173-56.2013.4.02.5115 – Distribuição: 13/05/2013. Concluso para despacho em 14/01/2014.

Nos demais processos consultados não foram encontradas irregularidades em suas tramitações:

0000029-87.2010.4.02.5115, 0000065-37.2007.4.02.5115, 0000362-39.2010.4.02.5115, 0000030-72.2010.4.02.5115, 0000194-32.2013.4.02.5115, 0000332-04.2010.4.02.5115.

LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -
Terezinha de J. P. de Faria

PROCESSOS DE VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA MATÉRIA CRIMINAL

HABEAS CORPUS



De acordo com o mapa estatístico emitido no dia 13/02/2014 e com as informações prestadas pelo supervisor do setor criminal, não há processos de *habeas corpus* na vara correicionada.

PROCESSOS COM RÉU PRESO



Com fulcro nas informações prestadas pelo supervisor do setor criminal, não há processos com réu preso no juízo correicionado.

PROCESSOS COM EXPEDIÇÃO DE CARTA DE EXECUÇÃO DE SENTENÇA PENAL



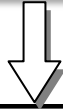
Nos termos do depoimento prestado pelo supervisor do setor criminal, não há processos com expedição de carta de execução de sentença na vara correicionada.

PROCESSOS COM SENTENÇA CONDENATÓRIA (COM TRÂNSITO)



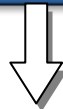
Conforme informação prestada pelo supervisor do setor criminal da vara correicionada, só há um único processo criminal com sentença condenatória com trânsito em julgado, qual seja, a ação penal nº 2011.51.15.000094-3. Vale dizer que a referida sentença condenatória (de fls. 221/226) foi prolatada em 01/10/2013 e publicada em 08/10/2013 com a classificação no rodapé de sentença tipo D1. Houve nova publicação da sentença (as fls. 235/238) em 15/01/2014 tendo em vista que, em relação à primeira publicação, a aludida decisão foi enviada ao DJe e houve dúvidas quanto a sua efetivação porque constou mensagem de erro no sistema Apolo. Há certidão de trânsito em julgado (fl. 241) em 27/01/2014. Em seu último movimento, à fl. 242, consta despacho proferido em 28/01/2014 determinando, dentre outras coisas, a expedição de Carta de Execução de Sentença Penal Condenatória.

EXPEDIÇÃO E ENCAMINHAMENTO DO BIC:



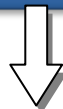
Com base no que foi relatado pelo supervisor do setor criminal, não há caso de expedição e encaminhamento do BIC no órgão judicial correicionado.

CONTROLE DE INCIDÊNCIA DA PRESCRIÇÃO PENAL:



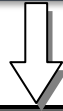
Foi constatado que **não há controle de prescrição penal** em nenhum dos processos criminais, inclusive os de execução penal, do órgão correicionado. Oportuno reforçar que o supervisor do setor criminal, ratificando a referida constatação, reconheceu que não vem sendo realizado o controle de incidência da prescrição penal no juízo correicionado.

RECOLHIMENTO DE MANDADO DE PRISÃO A CONTAR DA REVOGAÇÃO:



De acordo com as informações relatadas pelo supervisor do setor criminal, não há caso de recolhimento de mandado de prisão no órgão judicial correicionado.

CARTA PRECATÓRIA PENAL:



- Carta Precatória – Matéria Penal (classe 28001):

1) 0000014-79.2014.14.4.02.5115: processo distribuído em 27/01/2014 para oitiva de testemunha de defesa. Primeiro despacho proferido em 27/01/2014, com publicação em 13/02/2014. Último andamento: despacho de 13/02/2014 remarcando data da audiência.

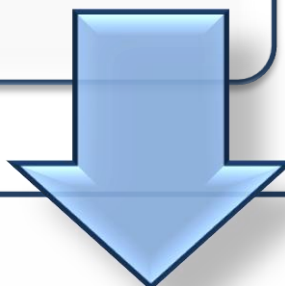
LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -
Guilherme de Queiroz Vieira

Mapas: Movimentação Processual da 1ª Instância/Juizado Especial Federal (Sintético e Analítico), constantes do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, relativos ao mês de ****, Planilha Apolo Excel - Intimados e Sistema Apolos – módulo Secretaria – Cadastro de Processo.

AUDIÊNCIAS

(De Setembro/2013 a Fevereiro/2014)

- **TOTAL** - Com fulcro no informado pelo Juízo foram realizadas **355 AUDIÊNCIAS**, sendo a primeira de **03/09/2013** e a última de **20/02/2014**



NÚMERO DE AUDIÊNCIAS REALIZADAS MENSALMENTE

- **Setembro - 86**
- **Outubro - 69**
- **Novembro - 79**
- **Dezembro - 55**
- **Janeiro - 18**
- **Fevereiro - 48**

LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -
Viviane M. Nielsen

Mapa: Agenda de Audiências - módulo Consultas e Relatórios, do Sistema Apolo e SJRJ Intranet Apolo – NPROC – Planilhas Apolo (Excel) – Audiências.

PROCESSAMENTO DE FEITOS (FÍSICOS/VIRTUAIS)

INICIAIS/RECEBIMENTO DA DENÚNCIA



- Conforme informado no questionário de autoinspeção o tempo médio entre a distribuição e o despacho inicial é o seguinte: “Na Execução Fiscal e no Contencioso, o tempo médio entre a distribuição e o despacho inicial é de 10 dias. No Juizado Especial Adjunto, na medida do possível, os processos são despachados em até 30 dias.”
- De acordo com o que foi informado pelos supervisores da vara correicionada, as iniciais recebem tratamento preferencial, sendo processadas com prioridade, notadamente quando há pedido liminar.
- Em relação ao setor criminal, foi constatada, nos termos do que foi informado pelo supervisor criminal, a existência de 06 processos criminais sem despacho pelo juízo. Oportuno apresentar o número dos referidos processos criminais: 0000056-31.2014.4.02.5115, 0000055-46.2014.4.02.5115, 0000053-76.2014.4.02.5115, 0000054-61.2014.4.02.5115, 0000051-09.2014.4.02.5115, 0000052-91.2014.4.02.5115 (todos são inquéritos policiais distribuídos em 17/02/2014).

Questionário de Autoinspeção. Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário) e módulo Consultas e Relatórios – Processos Distribuídos.

BALCÃO DE ENTRADA

74 documentos em 25/02/2014, às 11:53 h

Sendo o mais antigo de 25/11/2013, referente processo nº 0001869-89.2006.4.02.5110.

Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário).

SISTEMÁTICA DE VERIFICAÇÃO DE PREVENÇÃO



Conforme relatado no questionário de autoinspeção: “Os servidores de cada setor são responsáveis pela verificação da prevenção dos respectivos processos. Após consulta aos processos indicados no termo de prevenção, o servidor certifica a existência ou não da prevenção, e os autos são encaminhados ao juiz para despacho inicial.”

Questionário de Autoinspeção.

TOTAL DE PROCESSOS CONCLUSOS
COM PRAZO VENCIDO: 610



P/DESPACHO: 467
há mais de 30 dias

- Matéria Cível - 153
- Matéria Penal - 2
- Execução Fiscal - 312

P/DECISÃO: 57
há mais de 60 dias

- Matéria Cível - 11
- Matéria Penal - 0
- Execução Fiscal - 46

P/SENTENÇA: 86
há mais de 180 dias

- Matéria Cível - 84
- Matéria Penal - 0
- Execução Fiscal - 2

PROCESSOS CONCLUSOS P/SENTENÇA HÁ MAIS DE 180
DIAS: 86



O mapa de processos conclusos extraído em 13/02/14 totaliza 610 feitos conclusos acima dos respectivos prazos de vencimento, isto é, 167 para despacho (30 dias), 57 para decisão (60 dias) e 86 para sentença (180 dias).

Dos 86 processos conclusos para sentença fora do prazo, 65 são de final par e 21 de final ímpar.

Foram consultados os feitos conclusos há mais tempo, com a seguinte descrição:

- 0000248-13.2011.4.02.5165. Juizado/Previdenciária. (952 dias). Concluso desde 07/01/11. **Consta minuta de sentença incompleta no sistema datada de 08/02/13, sem registro de publicação.**

- 00004987020094025115. Embargos à execução Fiscal (912 dias). Sentenciado em 11/02/14, remetido para publicação em 20/02/14.
- 00005004020094025115. Embargos à execução Fiscal. (912 dias). Sentenciado em 11/02/14, remetido para publicação em 20/02/14.
- 00005564420074025115. Restauração de autos. (764 dias). Concluso desde 11/01/12. **Consta minuta de despacho de conversão em diligência em 12/02/14, sem, contudo, remessa para publicação.**
- 00000662220074025115. Outras Ações Diversas. (741 dias). Sentenciado em 12/02/14, remetido para publicação em 28/02/14.
- 00007643320044025115. Outras Ações Diversas. (741 dias). Sentenciado em 12/02/14, remetido para publicação em 24/02/14.
- 00008497220114025115. Embargos de Terceiro. (699 dias). Concluso desde 16/03/12.
- 00000425220114025115. Embargos à execução Fiscal. (686 dias). Concluso desde 29/03/12.
- 005204120104025165. Juizado/Previdenciária. (689 dias). Concluso desde 26/03/12.
- 00002341920104025115. Restauração de autos. (660 dias). Concluso desde 24/04/12.

Com fulcro no informado pelo juízo, o gabinete analisa os processos conclusos por ordem de conclusão, isto é, conforme data de chegada e não há separação física dos autos entre final par e ímpar, mas conforme os seguintes temas/títulos: equivalência salarial, conclusão, audiência, extinção, servidores, 290, 1000 Gab p/cartório, diversos, tributário, FGTS/PIS, padronizadas, concessão de benefício, revisão de benefício e responsabilidade civil.

Foi verificada a existência dos seguintes autos físicos dispostos nos referidos escaninhos, dos quais, **os negritados não se encontram com conclusão aberta:**

Escaninho denominado: Padronizadas:

000690-42.2005.4.02.5115, 2010.51.15.000628-0 (conclusão desde 07/08/13),
0000067-12.2004.4.02.5115, **0000084-48.2004.4.02.5115**, **0000310-82.2006.4.02.5115;**

Escaninho denominado: Conclusão:

2011.51.15.000031-1, 2009.51.15.000441-3 (conclusão desde 23/10/12), 2009.51.15.000442-5 (conclusão desde 23/10/12), 2002.51.15.000244-6 (conclusão desde 23/10/12), 0000258-28.2002.4.02.5115 (conclusão desde 23/10/12), 2002.5115.000761-4 (conclusão desde 23/10/12), 0000259-13.2002.4.02.5115 (conclusão desde 23/10/12), 2002.5115000762-6 (conclusão desde 23/10/12), 2003.51.15.00073-9 (conclusão desde 23/10/12), 2003.51.15.000459-9 (conclusão desde 23/10/12), 2001.51.15.001434-1 (conclusão desde 23/10/12). Registre-se que todos os feitos supra-citados encontram-se apensados;

Escaninho denominado: Conclusão:

2001.5115.001641-6 (conclusão desde 04/06/12), 2001.5115.001644-1 (conclusão desde 04/06/12), 0001596-71.2001.4.02.5115 (conclusão desde 04/06/12), **2011.51.15.000087-6**, 2001.5115.001496-1 (conclusão desde 04/06/12);

Escaninho denominado: Extinção:

2009.5101.013404-0 (conclusão desde 18/10/13);

Escaninho denominado: 290:

2007.5115.000736-3 e 2007.5115.000736-3 ambos conclusos desde 17/02/14, com minuta de sentença lançada na mesma data no sistema Apolo;

Escaninho denominado: Diversos:

2005.5165.000560-7 (conclusão desde 08/04/13), 2009.5115.000608-2 (conclusão desde 03/05/13), 0026588-60.2009.4.02.5101 (conclusão desde 05/08/13), 2009.51.15.000146-1 (conclusão desde 29/10/13), 000014-55.2009.4.02.5115 (conclusão desde 09/01/14);

Foi encontrada uma ação penal na prateleira sem título correspondente, de nº 0000040-82.2011.4.02.5115, com conclusão aberta desde 10/02/14.

Foi informada, ainda, a existência de cinco escaninhos virtuais denominados “GAB – balcão de entrada”, “GAB – balcão Execução Fiscal”, “Contencioso”, “GAB – aud. Realizadas”, “GAB para extinção” e “GAB para sentença padronizados”.

Foram analisados, em complementação, os processos conclusos há mais tempo para despacho e decisão, constantes no mapa de conclusos.

Dos feitos conclusos para decisão há mais tempo consultados, obtiveram movimentação recente: 00003766220064025115, 00002374720054025115, 00002383220054025115, 00002391720054025115, 00002400220054025115, 00011852820014025115, 00001686820124025115 e 00006842520114025115.

Os processos nº 00011844320014025115 e 00016191720014025115, encontram-se conclusos para decisão há 799 dias, constando movimentação cartorária em ambos de 14/02/14 “Localização Interna: 645- fazer correções portal”.

Foram consultados os seguintes feitos conclusos para despacho há mais tempo, todos sem despacho recente:

Há 799 dias: 00003099220094025115, 00003107720094025115, 00003185420094025115, 00003193920094025115, 00003202420094025115 e 00006534420074025115;

Há 731 dias: 00013290220014025115;

Há 688 dias: 00003468520104025115;

Há 702 dias: 00006667220094025115;

Há 673 dias: 05391035120014025101;

Há 637 dias: 00007326220034025115 e 00007981320014025115.

Mapa: Planilha Apolo Excel – Conclusos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria.

TOTAL DE PROCESSOS SEM
MOVIMENTAÇÃO : 424



ENTRE 31 E 60 DIAS:

• 50

HÁ MAIS DE 60 DIAS:

• 374

Foram analisados, por amostragem, os processos sem movimentação há mais tempo constante no mapa de parados extraído em 13/02/14, com a seguinte descrição:

Parado há 3.606 dias: 00020667820034025165, Juizado/Previdenciária e, parado há 3.198 dias: 00000981320034025165, Juizado/Previdenciária. Segundo informa o Juízo ambos os processos se encontram com carga para os advogados há anos e foram objeto de justificativa no último relatório de inspeção anual.

Parado há 1.703 dias: 00002492220094025115, Carta Precatória, e, parado há 1.463 dias: 00000211320104025115, Carta Precatória. Segundo informou o supervisor responsável pela área penal as cartas precatórias foram cumpridas e devolvidas para o juízo deprecante, sem, contudo, ter sido dado baixa. Foi providenciada correção no sistema pelo juízo, de forma que os processos não constam mais no mapa de parados extraído em 25/02/2014 por essa equipe.

Parado há 882 dias: 0000415-20.2010.4.02.5115, eletrônico, Embargos à Execução Fiscal, decisão de 31/08/11 determinando a citação na forma do art. 730 do CPC e movimentação cartorária de juntada em 15/09/11.

Parado há 728 dias: 00000188720124025115, Carta Precatória. Segundo informou o supervisor responsável pela área penal a carta precatória foi cumprida e devolvida para o juízo deprecante, sem contudo ter sido dado baixa. Foi providenciada correção no sistema pelo juízo, de forma que o processo não se consta mais no mapa de parados extraído em 25/02/2014 por essa equipe.

Parado há 601 dias: 00008453520114025115, eletrônico, Embargos à Execução Fiscal, sentença de extinção publicada em 17/05/12, sem, contudo, registro de baixa e arquivamento. Não foi possível identificar interposição de recurso pelas partes, através do sistema Apolo.

Parado há 595 dias: 00630202219984025115. Inquérito Policial. Há decisão de arquivamento do inquérito de 16/09/11, tendo sido os autos remetidos ao arquivo geral em 28/06/12. Foi informado pelo juízo que foi requerido ao arquivo fosse dada baixa, no entanto, o referido inquérito ainda consta do mapa de parados extraído por essa equipe em 25/02/14.

Parados há 563 dias: 00002431020124025115, 00008950820114025165, 00008969020114025165. Todos Exceções de Suspeição, com despacho remetendo ao Tribunal de junho de 2012. Consta no sistema Apolo que continuam localizados na 1ª Vara de Teresópolis.

Parado há 471 dias: 00017967820014025115, Embargos à Execução. Despacho remetido para publicação em 30/08/12 determinando desentranhamento e após baixa e arquivamento. Último Movimento: consta nos autos certidão de que não houve manifestação do embargante em 30/10/12.

Parado há 440 dias: 00006620620074025115, Embargos à Execução. Consta no sistema e foi informado pelo juízo que o processo foi remetido ao Arquivo Geral sem, contudo, baixa.

Parado há 330 dias: 00000766120104025115, Embargos à Execução. Há sentença de extinção publicada em 20/07/11. Os autos encontram-se com carga par embargado desde 14/06/13.

**PROCESSOS PARADOS ENTRE 121 E
180 DIAS E HÁ MAIS DE 180 DIAS -
EXECUÇÃO FISCAL: 506**



Dos 506 executivos fiscais sem movimentação constantes do mapa de parados desta classe, extraído em 14/02/14, foram analisados, por amostragem, os feitos parados há mais tempo, com a seguinte descrição:

Parado há 590 dias: 00002877820024025115. Despacho de 15/05/12 determinando suspender o curso da execução até manifestação da parte interessada.

Parado há 573 dias: 00006598020094025115. Despacho, de 15/06/12, suspendendo por um ano, nos termos do art. 40 da Lei 6.830/80 e determinando caber ao exequente efetuar o controle do prazo de prescrição.

Parado há 535 dias: 00002954520084025115. Despacho, de 18/06/12, determinando suspender o processo por um ano, nos termos do art. 40 da Lei 6.830/80 e dispondo caber ao exequente efetuar o controle do prazo de prescrição.

Parado há 538 dias: 00003416320104025115. Eletrônico. Despacho de 23/05/12 determinando suspender o processo por um ano, nos termos do art. 40 da Lei 6.830/80 e dispondo caber ao exequente efetuar o controle do prazo de prescrição.

Parado há 542 dias: 00008445020114025115. Eletrônico. Despacho de 19/04/12 julgando extinta a execução. Há movimentação cartorária de 29/05/13 de certidão - decurso de prazo.

Parado há 525 dias: 00006152720104025115. Eletrônico. Despacho de 05/09/12 deferindo a suspensão do processo pelo prazo de 60 dias.

Parado há 433 dias: 00000970820084025115. Último despacho determinando expedir mandado de citação, penhora e avaliação da sociedade executada. Após o cumprimento, à manifestação do exequente, intimado pessoalmente em 10/05/12. Há, nos autos, petição de 04/06/13 de impugnação à Exceção de Pré-Executividade.

Parado há 429 dias: 00004748620024025115. Último despacho registrado no sistema em 04/03/10 determinando a indisponibilidade dos bens e direitos, após abrindo vistas ao exequente. Há nos autos petição de 17/10/11 requerendo a suspensão da execução por inadimplemento do parcelamento.

Parado há 429 dias: 00004774120024025115. Último despacho registrado no sistema em 04/03/10 determinando a indisponibilidade dos bens e direitos, após abrindo vistas ao exequente. Há nos autos petição de 12/11/12.

Parado há 386 dias: 00004968120014025115. Sentença de extinção publicada em 12/09/12. Há nos autos registro de ofício entregue ao Detran (certidão positiva) em 15/01/13.

Parado há 373 dias: 0000401920104025115. Eletrônico. Despacho de 10/02/11 para manifestação do exequente. Há movimentação cartorária datada de 05/02/13 de Juntada.

LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -
Viviane M. Nielsen

Mapa: Planilha Apolo Excel – Parados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria.

DOCUMENTOS PENDENTES DE JUNTADA
(Físicos e virtuais)

AGUARDANDO JUNTADA,
EM 13/02/2014

• 72

Mapa: Planilha Apolo Excel – Petições.

VERIFICAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CONTROLE DE PRAZOS JUDICIAIS

Foram verificados processos físicos que se encontravam nos seguintes escaninhos em 20/02/2014:

CONTENCIOSO:

Ag. marcar audiência (esc. 820)

2010.51.15.000031-8 - juntada manifestação do MPF em 14/02/2014;
2010.51.15.000033-1 - juntada manifestação do MPF em 14/02/2014;
2006.51.15.000496-5 - juntada manifestação do MPF em 14/02/2014;
2007.51.15.000078-2 - juntada manifestação do MPF em 12/12/2013;
2006.51.15.000369-9 - juntada manifestação do MPF em 13/02/2014;
2010.51.15.000030-6 - juntada manifestação do MPF em 13/02/2014;
000058-43.2005.4.02.5115 - juntada manifestação do MPF em 14/02/2014;
2007.51.15.000043-5 - juntada manifestação do MPF em 14/02/2014;
0000082-73.2007.4.02.5115 - juntada manifestação do MPF em 14/02/2014.

Ag. envio ao distribuidor (esc. 832)

2005.51.15.000666-0 - despacho em 04/02/2014;
2007.51.15.000038-1 - despacho em 05/02/2014;
2005.51.15.000670-2 - despacho 21/10/2013, **juntado mandado em 09/12/2013 (sem movimentação após esta data)**;
2001.51.15.000436-0 - despacho em 05/02/2014;
2005.51.15.000086-4 - despacho em 05/02/2014.

Ag. envio contador (esc. 833)

2001.51.15.000599-6 - despacho em 08/01/2014;
2001.51.15.003041-3 - **despacho em 03/12/2013.**

Ag. conclusão (esc. 922, 918 e 919)

2005.51.15.000505-9 - juntada petição em 11/02/2014;
2008.51.15.000509-7 - juntada petição em 14/02/2014;
2002.51.15.000693-2 - juntado documento em 05/02/2014;
2002.51.15.001102-2 - autos devolvidos em 14/02/2014;
2009.51.01.004693-9, juntado mandado em 10/02/2014;
2007.51.15.000083-6, com certidão em 19/02/2014;
2007.51.15.000002-2, com certidão de trânsito em julgado em 31/01/2014;
2006.51.15.000445-0, com certidão de trânsito em julgado em 11/02/2014;
2007.51.15.000041-1, com petição juntada em 15/01/2014.

Consultados Locais Virtuais em 20/02/2014:

Cont. Esc Prazo

33 documentos, sendo o mais antigo de 27/01/2014, ref. processo nº 000472-33.2013.4.02.5115.

EF Esc. Ag Leilão

8 documentos, sendo o mais antigo de 12/11/2013, ref. processo nº 000207-02.2011.4.02.5115.

Ag. dev. Mandado

12 documentos o mais antigo de 28/01/2014;

O mais recente de 18/02/2014.

Ag. dev. Ofício

3 documentos, todos de 14/02/2014.

Ag. audiência e Ag. marcar perícia

Nenhum documento.

Ag. perícia

8 documentos, sendo os mais antigos de 03/05/2013, ref. processos nº 000164-02.2010.4.02.5115, 000362-39.2010.4.02.5115, 000189-15.2010.4.02.5115;

2 processos de 12/07/2013 nº 000378-90.2010.4.02.5115 e 000436-93.2010.4.02.5115;

2 processos de 21/08/2013 nº 000295-40.2011.4.02.5115 e 000186-60.2010.4.02.5115;

1 processo de 07/02/2014 nº 000245-43.2013.4.02.5115.

Sugestão: Comunicação com o Perito a fim de que as perícias sejam agilizadas.

Ag. ret. C. precatória

1 processo nº 000245.48.2010.4.02.5115, de **21/05/2013**.

Sugestão: oficial o juízo deprecante solicitando informação quanto ao andamento.

CUMPRIMENTO DE ORDEM (OFÍCIOS, MANDADOS, ALVARÁS, RPVS, ETC)

EXECUÇÃO FISCAL:

Exp. Mand. Cit. P.A.

2008.51.15.000192-4 - 05/12/2013;

2006.51.15.000484-9 - 04/12/2013;

2007.51.15.000692-9 - 04/12/2013.

Exp. Ofício

2001.51.15.1317-8 – 17/12/2013.

CONTENCIOSO:

Ag. Exp. Mandado (esc. 822 e 823)

0003149-56.2011.4.02.5115 - despacho em 10/01/2014;

0000467-55.2006.4.02.5115 - despacho em 12/02/2014;

0000007-87.2014.4.02.5115 - despacho em 04/02/2014;

2005.51.15.000315-8 - despacho em 12/02/2014;

2007.51.15.000039-3 - despacho em 11/02/2014.

0000081-88.2007.4.02.5115 - despacho em 03/02/2014;

2002.02.01.012556-9 - com ofício requisitório expedido em 07/02/2014;

2009.51.01.00469-5 - com certidão de não interposição de recurso pela ré em **09/01/2014;**

2007.51.15.000044-7 - despacho em 08/01/2014.

2007.51.15.000294-8 - com despacho de baixa publicada em 13/02/2014.

Ag. expedir ofício (esc. 811)

2010.51.15.000029-0 - despacho em 09/01/2014, (ofício à CEF);

2007.51.15.000085-0 - despacho em 09/01/2014 (ofício à CEF);

2005.51.15.000322-1 - despacho em 12/02/2014;

2003.51.15.000558-0 - despacho em 06/02/2014.

Locais Virtuais, em 20/02/2014, às 12:10 h:

Cont. Esc. Expedir Mandado

8 documentos, sendo o mais antigo de 10/02/2014, ref. processo nº 000022-56.2014.4.02.5115.

Cont. Esc. Expedir Ofício

1 documento de 11/02/2014, ref. processo nº 000361-54.2010.4.02.5115.

EF Esc. Exp. Mand

3 documentos, todos de 20/01/2014.

LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -
Astrid Person de Mattos Villas-Bôas e Terezinha de J. P. de Faria

Verificação de escaninhos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria. – Locais Virtuais (Autorização de Usuário)

TOTAL DE PROCESSOS EM SEGREDO DE JUSTIÇA EM 13/02/2014

40

17 - segredo absoluto

6 - segredo do sistema

17- segredo de peças

- Dos processos criminais:

De acordo com o mapa estatístico emitido no dia 13/02/2014, há 20 processos criminais com segredo de justiça. Vale dizer que, nos termos do que foi informado pelo supervisor do setor criminal, há 03 processos criminais no juízo, sendo certo que se encontram com processamento regular (etiqueta de segredo de justiça na capa dos autos e informação do sistema Apolo, bem como determinação judicial). Os três processos verificados, de número 0038453-75.2012.4.02.5101, 2007.51.15.000719-3 e 2005.51.15.000249-6, encontravam-se guardados dentro de um armário fechado com chave sob a responsabilidade do supervisor do setor criminal.

- Dos processos cíveis (execução fiscal):

Dos processos analisados, estavam todos com identificação na capa dos autos e o despacho determinando o segredo respectivo.

São eles: 0000113-64.2005.4.02.5115-segredo de documento, 0000082-10.2006.4.02.5115-segredo de documento, 0000774-04.2009.4.02.5115-segredo de documento, 0000676-92.2004.4.02.5115-exclusão do segredo de justiça-fls 266, 0000327-84.2007.4.02.5115-segredo de documento, 0000313-03.4.02.5115-segredo de documento, 0002291.25.4.02.5115-segredo de documento, 0050757-31.1993.4.02.5115-segredo de documento, 0000193-23.2008.4.02.5115-segredo de documento, 0000740-

05.2004.4.02.5115-segredo de documento, 0000741-
87.2004.4.02.5115-segredo de documento e 0000089-
94.2009.4.02.5115-segredo de documento.

LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -
Guilherme de Queiroz Vieira e Fabio Umberto Bloise

Mapa: Planilha Apolo Excel – Segredo de Justiça e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria.

PUBLICAÇÕES

PUBLICAÇÕES (Mapa de
13/02/2014)

- TOTAL de processos publicados: 2.876
- TOTAL de boletins: 200

MÉDIA
PROCESSOS/BOLETINS:

- 14,38 PROCESSOS

TEMPO MÉDIO DE
DIAS/PUBLICAÇÃO:

- 5,27 DIAS

BOLETINS PENDENTES DE ENVIO:

- Zero

Mapa: Planilha Apolo Excel – Publicações.

PROCESSOS COM REMESSA INTERNA/PRAZO (em 13/02/14)

Contadoria
14

Distribuição
17

LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -
Terezinha de J. P. de Faria

Mapa: Relatório de Processos Recebidos/Remetidos - módulo Consultas e Relatórios, do Sistema Apolo (somente não devolvidos).

SUSPENSÃO DE PROCESSOS

NÚMERO TOTAL DE PROCESSOS SUSPENSOS: 1.946

CIVEIS - 468

CRIMINAIS - 21

EXECUÇÃO FISCAL - 1.457

DETERMINAÇÃO JUDICIAL

Presente em todos os processos analisados, por amostragem

MOTIVO DA SUSPENSÃO

- Embargos à execução - 15
- Aguardando decisão de instância superior - 248
- Art. 366, CPP - 06
- Suspenso - art. 366 do CPP - 04
- Art. 89, Lei 9.099/95 - 08
- Cumprimento Precatório/RPV - 05
- Vazias - 06
- Outros - fase de conhecimento - 15
- Suspenso - aguardando julgamento de recurso - 164

Suspensão pelo artigo 366 do CPP:

De acordo com o mapa estatístico extraído no dia 13/02/2014, dos 10 processos criminais com suspensão decorrente do artigo 366 do CPP da vara correicionada, **apenas os de número 2006.51.15.000110-1 e 2005.51.15.000688-0 possuem etiqueta na capa dos autos com essa informação.** Outrossim, vale dizer que **não há controle de prescrição penal em nenhum deles.** Cabe consignar, ainda, que **os processos de número 2002.51.15.001096-0, 2002.51.15.526626-1, 2004.51.15.000379-4,**

2006.51.15.000110-1 e 2005.51.15.000688-0 possuem capa de inquérito policial, muito embora sejam ações penais.

**LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -
Guilherme de Queiroz Vieira**

Suspensão condicional do processo, Lei nº 9.099/95:

No Relatório de Processos extraído do sistema Apolo, emitido em 14/03/2014, constam 08 processos suspensos, em razão da Lei 9.099/95. Durante a correição, realizada nos dias 17 a 20/03/2014, todos os processos inclusos no referido Relatório foram objeto de análise. Os processos (as Cartas e as Ações Penais Originárias) encontram-se organizados e distribuídos em escaninhos nominados.

Foi sugerida a colocação, na contracapa dos autos, de etiqueta com o resumo das condições de suspensão estabelecidas na Lei 9.099/95, a fim de facilitar o controle.

Foram analisadas:

- 1) As ações penais originárias da 2ª Vara**
- 2) As Cartas de Fiscalização do Cumprimento das condições de suspensão do Processo (juízo deprecante)**
- 3) As Cartas Precatórias (juízo deprecado)**

1) Com relação às ações penais originárias, destacam-se os seguintes processos, todos em ordem:

0000.129-08.2011.4.02.5115: autuado em 04/04/2011, audiências realizadas em 06/07/2012 e 22/01/2014; aguardando início do cumprimento das condições de suspensão estabelecidas, em 28/02/2014.

0000.145-59.2011.4.02.5115: autuado em 07/04/2014, audiência em 06/06/2014. Início do cumprimento: novembro/2013.

0000020-57.2012.4.02.5115: atuado em 07/05/2012, audiência em 20/09/2012. Início do cumprimento: outubro/2012.

0000.977-24.2013.4.02.5115: atuado em 21/08/2013, audiência em 16/01//2014. Início do cumprimento: 02/2014 (comprovação do depósito da 1ª parcela da prestação pecuniária).

0000021-42.2012.4.02.5115: atuado em 27/03/2012; audiência em 28/02/2013. Início do cumprimento: abril/2013.

2) Com relação às Cartas de Fiscalização do Cumprimento das Condições de Suspensão do Processo (juízo deprecante), destaca-se o seguinte processo, com pendência a ser solucionada:

2008.51.15.0003416: audiência em 16/10/2008 e início do cumprimento em 11/2008; expedição de CP em 27/01/2012, para complementação do cumprimento do restante das condições estabelecidas. Ofício ao Juízo deprecado em 11/06/13, solicitando informações. Processo sem movimentação desde então. **Sugere-se** a renovação do ofício ao Juízo deprecado.

3) Com relação às Cartas Precatórias de Fiscalização (juízo deprecado), destaquem-se os seguintes processos:

a) em ordem:

0000049-39.2014.4.02.5115: atuado em 12/02/2014, aguardando processamento e despacho inicial.

0000014-79.2014.4.02.5115: atuado em 27/01/2014, aguardando publicação de despacho datado de 13/02/2014, alterando a data da audiência.

0001008-44.2013.4.02.5115: atuado em 10/10/2013, audiência em 13/02/2014; aguardando início do cumprimento das condições estabelecidas, em 15/03/2014.

0000384-29.2012.4.02.5115: atuado em 05/09/2012, audiência em 29/11/2012. Início em novembro/2012.

b) com pendências a serem sanadas:

0000438-92.2012.4.02.5112: atuado em 26/09/2012, audiências em 13/09/2012 e 13/12/2012; início do cumprimento em março 2013.

Ausente a comprovação, determinada em audiência, quanto à apresentação das certidões de antecedentes criminais da JF e JE, no 12º mês.

0000439-77.2012.4.02.5115: autuado em 26/09/2012; audiências em 13/09/2012 e 13/12/2012. Início em 01/2013.

Ausente a comprovação, determinada em audiência, quanto à apresentação das certidões de antecedentes criminais da JF e JE, no 12º mês.

LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -
Astrid Person de Mattos Villas Bôas

Suspensos Execuções Fiscais:

Em relação aos suspensos - execução fiscal, estes são armazenados em sala própria em estantes e identificados pelo motivo da suspensão e data para a movimentação.

Por amostragem, foram vistos os seguintes processos.

São eles: 2002.5115.000966-0-Art. 40, Lei 6830/80, 2001.5115.002186-2-Embargos à execução, 2006.5115.000051-0-Lei 10522/2002/Art.21, Lei 11033/2004, 2007.5115.000311-4-parcelamento, 2004.5115.000498-1-Aguardando julgamento dos Embargos, 2007.5115.000538-0-Aguardando decisão de instância superior, 2001.5115.002113-8-Outros – fase conhecimento, 2001.5115.002185-0-Art. 40, Lei 6830/80, 2004.5115.000107-4-Art. 40, Lei 6830/80, 2003.5115.000551-8-Art. 40, Lei 6830/80, 2008.5115.000251-5-Art. 40, Lei 6830/80, 2001.5115.002508-9- Art. 40, Lei 6830/80, 2008.5115.000301-5-Art. 40, Lei 6830/80, 2006.5115.000055-8-Art. 40, Lei 6830/80, 2005.5115.000449-3-Art. 40, Lei 6830/80 e 2007.5115.000706-5-Art. 40, Lei 6830/80

LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -
Fabio Umberto Bloise

Outras Suspensões:

O mapa de processos suspensos apresenta 489 feitos suspensos por diversos motivos.

Foi feita uma amostragem dos processos constantes nos seguintes “motivos”:

I) **Sem indicação de motivo da suspensão:** foram consultados 6 processos:

-00004586920014025115: consta movimentação cartorária de 11/05/10 de remessa ao TRF2;

-00001051920074025115: convertido em diligência e suspensos os embargos até efetivação de garantia nos autos principais, publicado em 09/08/07;

-00001831320074025115: despacho publicado em 19/05/09 determinando suspender a execução até decisão definitiva da ADC nº 18;

-00005053320074025115: despacho publicado em 19/05/09 determinando suspender o processo até decisão definitiva da ADC nº 18;

-00000853820014025115: despacho publicado em 18/06/09 determinando apensar os autos aos embargos de nº 2001.5115.0031200, aguardar o julgamento dos referidos embargos e sobrestar o feito. Autos remetidos ao TRF2;

-00156418820024025101: despacho de suspensão de 31/07/09.

II) “Aguarda decisão de instância superior”: total de 248, sendo 6 consultados eletronicamente:

00000870820084025165, 00001324120104025165, 00000244620094025165, 00000288320094025165, 00000512920094025165, 00000890720104025165, todos com determinação judicial de suspensão e lançamento da suspensão no sistema regular.

III) “Outras Suspensões – Processos de Conhecimento”: total de 2, consultados eletronicamente, tendo em vista estarem remetidos ao TRF2.

00031451920014025115 e 00000845320014025115, ambos com determinação judicial de suspensão e lançamento no sistema regular.

IV) “Outros Fase Conhecimento”: total de 15 processos, sendo 4 consultados:

-00001797820044025115: despacho publicado em 31/05/10 suspendendo até manifestação da parte interessada, com registro no sistema em 01/06/10;

-00055490720094025101: despacho publicado em 10/05/10 suspendendo até manifestação da parte interessada, com registro no sistema em 11/06/10;

-00007132220044025115: despacho publicado em 01/07/10 suspendendo até manifestação da parte interessada, com registro no sistema em 14/07/10;

-00006450920034025115: último despacho no sistema de 20/04/10 determinando citação na forma do art. 730 do CPC. Há lançamento no sistema de que foi remetido ao TRF2, em 20/06/11, motivo pelo qual não foi consultado fisicamente. **Não foi verificada determinação judicial de suspensão, embora haja registro no sistema de que o processo está suspenso desde 12/08/10. Por outro lado, há informação no sistema de que o processo se encontra no TRF2, muito embora não tenha sido identificado motivo para tanto.**

V) “Outros- Fase/Processo Execução”: total de 5 processos, sendo 4 consultados:

-00000975220014025115: despacho determinando citação na forma do art. 73 do CPC em 03/07/09;

-00003259020024025115: último despacho no sistema publicado em 03/12/03 determinando cumprimento da suspensão do processo. Há, nos autos, uma certidão de suspensão de 01/06/12;

-00004447020104025115: eletrônico: despacho de 04/02/13 determinando suspender a execução, com fulcro no art. 792 do CPC até posterior manifestação da CEF;

-00000599320084025115: despacho de 02/08/13 determinando suspender o processo até manifestação da parte contrária.

VI) “Parcelamento”: 1 processo nº 00000319120094025115: com despacho publicado em 08/09/09 determinando suspender o curso da execução até manifestação da parte contrária, com lançamento no sistema regular.

LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -
Viviane M. Nielsen

Mapa: Planilha Apolo Excel – Suspensos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria.

SENTENÇAS

Conforme Mapa do sistema Apolo, no período de 13/08/2013 a 13/02/2014, foram proferidas 904 sentenças.

REGISTRO E CLASSIFICAÇÃO DE SENTENÇA

Em Correição presencial, foram vistos, por amostragem, os seguintes processos físicos.

Classificação em Processos Cíveis:

0000669-66.2005.4.02.5115-sentença tipo A, 0000452-86.2006.4.02.5115-sentença tipo A, 0000503-97.2006.4.02.5115-sentença tipo B1, 0000027-25.2007.4.02.5115-sentença tipo B1, 0000103-49.2007.4.02.5115-sentença tipo B1, 0000040-53.2009.4.02.5115-sentença tipo C, 0000439-19.2008.4.02.5115-sentença tipo C, 0523225-42.2008.4.02.5101-sentença tipo C, 0000016-93.2007.4.02.5115-sentença tipo B1, 0000005-64.2007.4.02.5115-sentença proferida em assentada, não possuindo classificação, 0000668-81.2005.4.02.5115-sentença tipo A, 0000221-88.2008.4.02.5115-sentença tipo C, 0000033-61.2009.4.02.5115-sentença tipo C, 0000317-17.2005.4.02.5115-sentença tipo A, 0030306-65.2009.4.02.5101-sentença tipo C, 0000499-94.2005.4.02.5115-sentença tipo A, 0000148-19.2008.4.02.5115-sentença tipo C.

Sentenças proferidas em assentada, não possuindo classificação:

Processos: 0000011-71.2007.4.02.5115, 0000096-57.2007.4.02.5115, 0000504-82.2006.4.02.5115, 0000069-74.2007.4.02.5115, 0000497-90.2006.4.02.5115, 0000544-98.2005.4.02.5115, 0000012-56.2007.4.02.5115, 0000037-69.2007.4.02.5115.

- Classificação em Processos criminais:

Com base no que foi relatado pelo supervisor do setor criminal, havia 03 processos criminais com sentença prolatada (sendo que uma delas foi especificada no item de “processos com sentença condenatória (com trânsito). Vejamos as principais informações relativas ao item em tela quanto aos referidos processos criminais com sentença proferida e que ainda se encontravam no juízo:

1) 0000929-65.2013.4.02.5115: sentença (fls. 116/120), com classificação do tipo D2 (absolutória) no rodapé, **proferida em 12/11/2013 (publicação em 27/01/2014)**. Houve expedição de ofício à Superintendência da PF em 29/01/2014 e o recebimento do processo pelo MPF em 30/01/2014. Consta apelação do MPF protocolado em 04/02/2014 (fl. 122).

2) 2010.51.15.000335-6: sentença (fls. 181/186), com classificação do tipo D (absolutória) no rodapé, proferida em 18/03/2013. A 1ª Turma Especializada do TRF2, na sessão do dia 09/10/2013, por maioria, deu provimento ao apelo do MPF para condenar o réu pela prática do crime previsto no artigo 334, §1º, “c” e “d” do CP. Nos termos da certidão de fl. 248, de 23/01/2014, houve o trânsito em julgado para o MPF em 09/11/2013 e para a defesa em 21/01/2014. Última movimentação processual: em 30/01/2014, consta um despacho de fl. 249 (**ainda sem publicação**), determinando a expedição de Carta de Execução de Sentença. Oportuno consignar que a referida carta de execução já foi expedida e deu origem à execução penal nº 0000029-48.2014.4.02.5115 elencada no item das execuções penais.

Mapa: Planilha Apolo Excel – Intimados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria.

**CRITÉRIOS DE JULGAMENTO
(Preferências legais)**

Foi informado pelo juízo que o critério de análise dos processos obedece a ordem de entrada em conclusão para o magistrado.

**LOCALIZAÇÃO E SEPARAÇÃO DOS
PROCESSOS NO GABINETE**

Não há separação física dos autos entre final par e ímpar, mas conforme os seguintes temas/títulos: equivalência salarial, conclusão, audiência, extinção, servidores, 290, 1000 Gab p/cartório, diversos, tributário, FGTS/PIS, padronizadas, concessão de benefício, revisão de benefício e responsabilidade civil.

**LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -
Fabio Umberto Bloise, Guilherme de Queiroz Vieira e Viviane M. Nielsen**

Questionário de Autoinspeção.

EXECUÇÃO (agosto/2013 a
fevereiro/2014)

FASE 18

77 PROCESSOS
EM 13/02/2014

Portal de Estatísticas da 2ª Região - Execução de Sentença.

RPV e PRECATÓRIO
FÍSICOS

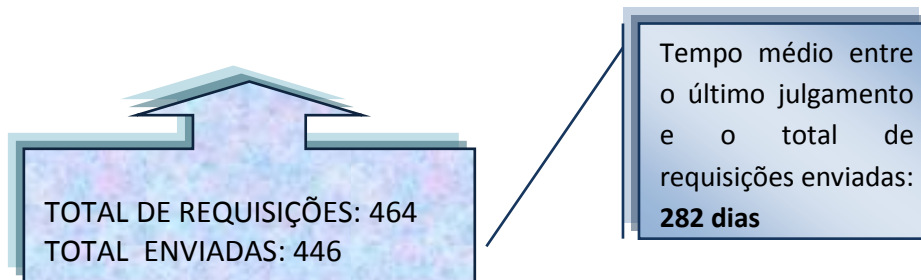
Os RPs e Precatórios físicos estão acondicionados em 2 escaninhos (expedir e aguardando pagamento). O total de RPs e Precatórios físicos é de 18 documentos

RPV e PRECATÓRIO
VIRTUAIS

Em consulta ao local virtual (RPs e Precatórios), em 25/02/2014, às 12:25h, verifiquei o total de 07 documentos.

Fonte: Questionário de Autoinspeção e Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário).

RPVs	PRECATÓRIOS (parcela única)	PRECATÓRIOS PARCELADOS
<ul style="list-style-type: none"> • 461 cadastrados • 443 enviados 	<ul style="list-style-type: none"> • 03 cadastrados • 03 enviados 	<ul style="list-style-type: none"> • ZERO



Por amostragem, foram vistos os seguintes processos físicos, todos com regular andamento processual.

São eles: 0001352-79.2007.4.02.5165-JEF, 0000503-44.2006.4.02.5165-JEF, 0001054-53.2001.4.02.5115-Ação Previdenciária, 0000085-96.2005.4.02.5115-Ação Previdenciária, 0000099-22.2001.4.02.5115-Ação Previdenciária, 0000125-10.2007.4.02.5115-Ação Previdenciária, 0000966-15.2001.4.02.5115-Ação Previdenciária e 0001731-83.2001.4.02.5115-Ação Ordinária.

Entre os eletrônicos, foram consultados os seguintes processos, todos com regular andamento.

São eles: 0000927-76.2012.4.02.5165, 0000663-59.2012.4.02.5165, 0000305-31.2011.4.02.5165, 0000660-75.2010.4.02.5165, 0000809-03.2012.4.02.5165, 0000125-15.2011.4.02.5165, 0000111-60.2013.4.02.5165, 0000536-29.2009.4.02.5165, 0000369-41.2011.4.02.5165 e 0000601-19.2012.4.02.5165.

LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -
Fabio Umberto Bloise

Mapa: Planilha Apolo Excel – Precatório e RPV.

GRANDES DÉBITOS (Artigos 272 e 273 da CNCR)

Em entrevista com o supervisor das execuções fiscais, em relação aos grandes devedores, foi relatado que os processos físicos não possuem qualquer procedimento em separado, como escaninho próprio, identificação nos autos ou andamento priorizado. Em relação aos processos eletrônicos, disse que no ato da distribuição, por orientação superior, os processos com valores a executar igual ou superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), recebem a identificação GR . Em sua resposta ao Questionário de Autoinspeção/2014 (fl. 11), diz, em justificativa ao constatado acima, que: “A priorização do andamento de execução de grandes débitos é dificultada em razão da carência de serventuários. Caso houvesse esta priorização, os demais processos poderiam correr risco de ficar paralisados.”

Tendo em vista o relatado acima, não foi possível verificar os processos físicos no ato da Correição, pois não havia localização específica (escaninho) para aqueles processos.

Questionário de Autoinspeção e SJRJ Intranet – Apolo - NPROC – Planilhas Apolo (Excel) – Processos – Grandes Devedores da Fazenda.

PENHORA ON-LINE: Sistema Bacenjud (Resolução 61/08-CNJ e 21/08-TRF2)

A Vara tem 2 servidores cadastrados no sistema BacenJud. A elaboração da minuta é feita pelo serventuário cadastrado e protocolada pelo Juiz. Com a resposta das instituições financeiras, os valores bloqueados são imediatamente transferidos para conta judicial na CEF. No ano passado, foram 236 comandos

de bloqueio, referentes a 292 réus/executados. No setor de execução fiscal, conforme levantamento realizado em 06/02/2014, foram apurados 83 processos com determinação de bloqueio a ser protocolizado no sistema BacenJud, e 56 processos com pedido de penhora on-line a serem analisados e despachados. (dados obtidos do Relatório de Autoinspeção/2014 – fls. 11/12).

Em Correição presencial, além de confirmadas as informações prestadas no Relatório acima mencionado, pude constatar que existem 4 (quatro) escaninhos – Para preparar despacho – quando há pedido do exequente para tal, e 2 (dois) escaninhos – já com o despacho autorizador do Juízo – para processar.

Foram vistos, por amostragem, os seguintes processos físicos, todos com regular processamento.

São eles: 2001.5115.002729-3, 2001.5115.001819-0, 2001.5115.002239-8, 2001.5115.002552-1, 0000221-25.2007.4.02.5115, 2002.5115.000722-5, 2007.5115.000765-0, 2004.5115.000174-8, 2002.5115.000848-5, 2002.5115.000849-7, 2001.5115.002293-3, 2001.5115.001599-0, 0000668-13.2007.4.02.5115 e 2001.5115.001397-0.

LEILÕES

(Artigos 270 a 290 da CNCR)

Os leilões referentes a vários processos têm sido realizados na medida do possível, na mesma data. No ano de 2013, foram realizados leilões referentes ao processo n. 0000431-18.2003.4.02.5115, em 05/07/2013 (1º leilão) e em 26/07/2013 (2º leilão).

Nos dias 09/10//2013 (1º leilão) e 23/10/2013 (2º leilão), realizaram-se leilões referentes aos seguintes processos: 0001134-80.2002.4.02.5115, 0000490-74.2001.4.02.5115, 0001220-85.2001.4.02.5115, 0000921-88.2013.4.02.5115, 0002396-02.2001.4.02.5115, 0000653-05.2011.4.02.5115, 0000566-83.2010.4.02.5115, 0000784-92.2002.4.02.5115, 0000785-77.2002.4.02.5115, 0000848-39.2001.4.02.5115, 0002197-77.2001.4.02.5115, 0000571-86.2002.4.02.5115, 0000472-48.2004.4.02.5115, 0000021-76.2011.4.02.5115 e

0000099-36.2012.4.02.5115. (dados obtidos do Relatório de Autoinspeção/2014 – fl. 12).

Em Correição presencial, além de confirmadas as informações prestadas no Relatório acima mencionado, pude constatar, através de entrevista com o serventário responsável, que os leilões são realizados a partir do acúmulo de pelo menos 4 (quatro) processos. Isso acontece em acordo com o Leiloeiro para que se tenha um maior número de bens a serem leiloados naquela oportunidade.

A Vara possui 4 (quatro) escaninhos para estes processos, 2 (dois) escaninhos para – Prontos p/ processamento – leilão e 2 (dois) escaninhos para – Prontos p/ marcar leilão.

Foram vistos os seguintes processos que estavam com despacho autorizando o leilão.

São eles: 2004.5115.000473-7, 2003.5115.000135-5, 2001.5115.001013-0, 2001.5115.001012-8, 2001.5115.000830-4, 2001.5115.001930-2, 2001.5115.001091-8, 0001101-27.2001.4.02.5115 e 2001.5115.001510-2

CADASTRAMENTO DE BENS CONSTRITOS (Artigos 356 a 358 da CNCR)

O cadastramento vem sendo realizado regularmente. (dados obtidos do Relatório de Autoinspeção/2014 – fl. 12).

Em Correição presencial realizada, em entrevista com o serventário responsável pelas execuções fiscais, disse que a cada bem penhorado, a funcionária responsável cadastra imediatamente.

**LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -
Fabio Umberto Bloise**

Questionário de Autoinspeção e Sistema Apolo – módulo Secretaria – Relatório de Bens Penhorados.

LIVROS E PASTAS OBRIGATÓRIOS (ART. 147/151 CNCG)

Consultando os Livros e Pastas do Juízo correicionado, foi observado, que além de não possuírem nem mesmo as Pastas obrigatórias, todos os volumes vistos estavam irregulares em algum item obrigatório – ora sem termos de abertura ou de encerramento, ora sem numeração ou numeração sem rubrica nas paginas. Cabe registrar, que algumas pastas, sem qualquer motivo aparente, foram substituídas por Pastas suspensas de arquivo e envelopes para armazenar guias de remessa.

Entretanto, no Relatório de Inspeção Anual – 2013 (fl. 02), relata o Juízo que: “Foram inspecionados os livros e pastas em uso do Gabinete e Secretaria, não tendo sido apontada nenhuma irregularidade, conforme artigo 226, inciso II, do Provimento n. T2-PVC-2011/00011, da Corregedoria Geral da Justiça Federal.”

LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -
Fabio Umberto Bloise

Relatório de Inspeção Anual.

ESPAÇO FÍSICO

O Juízo está instalado em prédio comercial de escritórios, distribuído em dois andares, sendo o primeiro andar (segundo andar do prédio), composto pela recepção, sala de espera para atendimento da JEF, sala dos advogados, sala da OAB e salas do apoio Administrativo e cartório da vara, e no segundo andar (terceiro andar do prédio), pelo Gabinete do Juiz Titular e Substituto, sala de apoio aos gabinetes e sala de audiências. O Cartório da Vara está dividido entre as várias salas existentes: contencioso, criminal, execução fiscal não permitindo, assim, uma maior integração entre os setores e seus servidores. Nesse sentido comprometida a otimização dos procedimentos por não haver uma maior comunicação entre os setores, constatando-se, então, que o espaço disponibilizado não nos parece compatível com o bom funcionamento de uma Vara Federal. Quanto ao mobiliário e equipamentos existentes estão distribuídos de maneira satisfatória e em número suficiente, embora o Relatório de Inspeção Anual – 2013 (fl. 07), mencione, entre outros itens apontados, a atualização dos equipamentos eletrônicos existentes. Cabe ressaltar, que o prédio não possui indicação alguma – letreiro - que ali funciona o Foro Federal de Teresópolis.

Observação: Vale observar que, em razão da distribuição do espaço físico, não foi possível a disponibilização de local adequado para a realização dos trabalhos correicionais, ocasionando dificuldades na sua implementação.

LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -
Fabio Umberto Bloise

METAS FIXADAS PELO JUÍZO A SEREM ATINGIDAS A PARTIR DA AUTOINSPEÇÃO

Julgar todos os processos conclusos até 31/12/2012, em 3 meses; julgar todos os processos conclusos até 31/12/2013, em 6 meses; e, na medida do possível, se adequar aos prazos estabelecidos pela Corregedoria, no prazo de 1 ano.

EXECUÇÃO PENAL

Foram analisadas, por amostragem, 06 execuções penais e foi constatado o seu regular processamento, com exceção da falta de controle da prescrição penal. Vale consignar as seguintes informações sobre os processos verificados:

- 1) 0000030-33.2014.4.02.5115: distribuído por dependência em 05/02/2014. Sem movimentação processual. **Sem controle de prescrição penal.**
- 2) 0000969-47.2013.4.02.5115: distribuído por dependência em 31/07/2013. Primeira movimentação processual foi dar vista ao MPF em 02/08/2013 (que deu ciência dia 05/08/2013). Assentada da audiência admonitória (fl. 48) em 26/09/2013. **Sem controle de prescrição penal.**
- 3) 0000618-45.2011.4.02.5115: distribuído por dependência em 25/10/2011. Última movimentação processual: certidão de 27/01/2014 (à fl. 40) de que foi autuado o Agravo em Execução Penal nº 15-64.2014.4.02.5115. **Sem controle de prescrição penal.**
- 4) 2011.51.15.000220-4: distribuído por dependência em 10/05/2011. **Sem controle de prescrição penal.**
- 5) 0000518-56.2012.4.02.5115: distribuído por dependência em 13/11/2012. Primeira movimentação processual foi intimar MPF em 27/11/2012 (que deu ciência na mesma data). Assentada da audiência admonitória (fls. 36/37) em 28/02/2013. **Sem controle de prescrição penal.**
- 6) 0000029-48.2014.4.02.5115: distribuído por dependência em 05/02/2014. Sem movimentação processual. **Sem controle de prescrição penal.**

Destaque-se a acolhida por parte dos Excelentíssimos Juízes, do Diretor de Secretaria e dos demais servidores lotados no juízo, atendendo, na medida do possível, às solicitações da equipe da corregedoria.

